



Igreja Presbiteriana do Planalto

não refletiam a realidade de seus corações mesquinhos. Hoje fazemos a mesma coisa quanto “sonégamos” o que é devido ao necessitado e ao sustento dos “levitas” (pastores, missionários etc.). Isso não é uma transgressão “legal” mas é resultado de uma atitude egocêntrica, semelhante à do jovem rico que deixou de seguir a Jesus para não abrir mão de suas posses. Quando temos o nosso próprio quintal como prioridade máxima, retendo o socorro e a participação na obra de propagação do evangelho, estamos expostos à maldição profetizada por Malaquias. Isso não é ameaça, é resultado de uma postura do coração. Quando não estamos realmente comprometidos com o Reino, estamos sem anticorpos para resistir às propostas do mundo. Penso que a ausência de compromisso com Deus é o grande responsável por tanto sofrimento e ausência de paz no meio cristão. A centralidade em nós mesmos nos expõe a todo tipo de carências e conflitos.

Outro exemplo que mostra a importância da sinceridade acima da contabilidade é o de Ananias e Safira (At 5:1-10). Nesse caso eles foram punidos porque deram e não porque não deram. O dar com desonestidade pode gerar os mesmos problemas do não dar por mesquinhoez. Ninguém é obrigado a dar. Não dar é melhor que dar, se for apenas para aparentar ser um cristão melhor diante das autoridades da congregação. Quando ofertarmos, que seja única e exclusivamente visando ao crescimento do Reino do nosso Pai. Que o gasofilácio seja para depósito de louvor, obediência, gratidão, e não apenas de dinheiro.

Deus ampliou nossa tarefa e passamos a administrar recursos, não apenas entregar. Com isso podemos evitar passar esses recursos para pessoas indevidas. Essa nova missão exige maior responsabilidade, participação, envolvimento, consciência e compromisso. E algo mais profundo, mais íntimo, mais consciente.

A nossa administração, no entanto, não se limita ao fator monetário. Somos parte do corpo e responsáveis por sua manutenção integral. Tudo que temos deve estar à disposição do Senhor (carro, casa, roupas etc.). Além dos bens, temos também o nosso intelecto, nossos conhecimentos e talentos. Tudo deve ser utilizado para que o Deus a quem nós pregamos seja glorificado através da nossa fidelidade.

Resumindo, também no doar, devemos nos dirigir pelo Espírito e não por regras impostas.

O Mordomo e o Dono – Diferenças de visão

Há diferenças fundamentais entre a ótica do mordomo e a do dono. O dono usa tudo o que dispõe em proveito próprio e não se preocupa em dividir. Tem uma visão possessiva das coisas e o ter tem um significado

prioritário em sua vida: segurança, *status*, louvores. Ele se regozija (mesmo que inconscientemente) na ‘inferioridade’ dos outros, pois isso destaca a sua ‘superioridade’. Ele forma para si uma teologia que justifique os seus atos e não questione a sua indiferença para com os carentes.

É fácil, para ele, aceitar a idéia de que os ‘inferiores’ sempre existiram e existirão para servir aos ‘superiores’. Essa idéia se repetiu nas cabeças de vários dominadores do passado, ao longo de toda a história. O “dono” normalmente tem idéias um tanto nazistas. Gostariam intimamente que fossem afastados, ou até eliminados, todos aqueles que incomodam seu conforto e questionam sua consciência. Ele não pensa em reconstrução de pessoas. Essa visão normalmente está, em maior ou menor escala, na mente daquele que é “dono”.

O mordomo tem um ótica totalmente contrária. Ele entende que nada é dele e que recebeu tudo juntamente com a responsabilidade de administrar bem. Entende que não é melhor que os outros e que os talentos recebidos para uma boa administração também são uma dádiva de Deus. Sabe que não pode usar o que recebeu em detrimento dos princípios do reino de Deus (solidariedade, misericórdia etc.). Ele sabe que é livre e sua mente de mordomo usa este conhecimento para ofertar a Deus os seus talentos e andar como co-responsável pela restauração do mundo. Com alegria, a caminhada prossegue livre da idolatria ao dinheiro e dos padrões egoístas do mundo. No dar ele encontra alegria e não sacrifício. Ele recebe de Deus a autoridade sobre o que lhe foi entregue e, assim, estará também dando e não apenas repassando. As suas dádivas são bênçãos para muitos. O que passa pelas suas mãos é confirmado por Deus para o bem. Os outros não serão inferiores para ele e sim alvos da misericórdia de Deus que é transmitida pelas suas mãos e sua boca.

A visão do mordomo é de reconstrução, para que todos sejam igualmente abençoados. Ele não usa sua posição estratégica em proveito próprio e sim como multiplicadora de bênçãos para os que dependem dele.

A Bíblia mostra vários exemplos de pessoas em posição “privilegiada” que usaram seus cargos como meio de praticar a justiça e de socorrer os menos favorecidos.

Neemias, indicado para ser governador em Judá, recusou-se a receber do povo empobrecido e faminto o salário devido ao dirigente da província. Ao contrário do que faziam os governadores anteriores, ele usou dos seus próprios recursos e influências para possibilitar a reconstrução da cidade e a libertação dos escravos existentes entre o povo. Promoveu uma anistia aos endividados e resgatou a dignidade perdida de um povo sofrido (*continua*).

Pastorais do Conselho

2

Mordomia Cristã

Administrando bens segundo o chamado de Jesus

(Primeira Parte)

Pb. José Miranda Filho

Brasília, julho de 2007

Mordomia Cristã

Administrando bens segundo o chamado de Jesus

José Miranda Filho

Ao contrário do que muitos pensam, o conceito de serviço e amor ao próximo não foi implantado com a chegada de Jesus. Ele já estava bem estabelecido na Lei entregue a Moisés (... amarás ao teu próximo como a ti mesmo. Lv 19:18). Desde a saída do Egito, quando o povo Judeu foi resgatado na Páscoa pelo sangue de um cordeiro morto por cada casa, já era exigido o cumprimento de uma mordomia integral dentro da comunidade que começou a ser chamada de “povo de Deus”.

Toda a lei mosaica se constituía em uma unidade que nem sempre é notada. Deus preocupou-se em gravar na pedra os costumes e princípios que deveriam identificar aquele povo como um povo diferente, escolhido e propriedade de Deus. O ponto central era a adoração e obediência incondicional a Deus. O segundo ponto, consequência do primeiro, era o amor ao próximo. Esse amor se manifestava nas mais diversas atitudes de solidariedade e misericórdia, também previstas no texto mosaico.

A lei não se constituía em um mero código penal que enquadra os infratores e os pune quando fazem coisas proibidas. Não era apenas a lei do ‘não pode’ mas também a lei do ‘faça isto’. Ela mandava alimentar os órfãos, viúvas e estrangeiros (Dt 26:12), sustentar os inválidos (Lv 25:35), criava o ano do perdão e da libertação (Dt 15:1-2). Isso caracterizava o povo de Deus como aquele que fazia o bem e não somente como aquele que não fazia o mal. A lei era igualitária. Os levitas não teriam terra, mas receberiam o sustento das outras onze tribos numa proporção que os manteria numa mesma condição social (Nm 18:21). Ao terceiro ano os dízimos se destinavam aos órfãos, viúvas e estrangeiros.

Além disso, a lei servia para anunciar acontecimentos futuros através do seu simbolismo. Toda a liturgia e paramentos sacerdotais tinham significado. Os sacrifícios anunciavam a redenção pelo sangue e as cidades-refúgio ofereciam abrigo aos que pecavam involuntariamente, sem má fé. A lei conscientizava o povo de que ele era pecador, que precisava de redenção. Apresentava caminhos bem estabelecidos para agradar a Deus e por Ele serem abençoados. Mas, apesar da forma regulamentar,

ela falava sempre da honestidade de coração, de ser e não apenas de fazer. As punições e execuções eram aplicadas com participação coletiva, significando uma defesa do corpo e não uma atitude vingativa e individualista. O povo era ensinado a ser hospitaleiro, a não praticar a usura, a acolher os necessitados. Não havia distinção entre as atividades normais do cotidiano e o relacionamento religioso com Deus. Toda vivência diária deveria anunciar que aquele povo era um povo diferente, um povo de Deus.

Comunhão nas propriedades

É corrente no meio evangélico a separação entre o que é nosso (90%) e o que é de Deus (10%). Usa-se muito comumente o versículo de Malaquias (MI 3:8) que chama de ladrão aquele que não ‘entrega’ o dízimo. Assim, ao sacralizarmos apenas os 10% estamos admitindo um uso não sagrado dos 90% assumindo que somos donos de alguma coisa, que podemos utilizar alguma parcela dos nossos recursos fora dos interesses do Reino de Deus. Para melhor analisarmos este assunto, faremos uma retrospectiva bíblica a respeito do dízimo, das leis sociais e dos objetivos originais e atuais.

A exigência do dízimo remonta a épocas anteriores a Abraão. Ele era cobrado sob forma de imposto pelos reis da região. Abraão saiu de sua terra e recebeu a promessa de ser pai de uma grande nação. Melquizedeque, rei de Salém (que quer dizer paz), foi ao seu encontro e recebeu dízimos de Abraão. Melquizedeque era sacerdote do Altíssimo. O autor da carta aos Hebreus (Hb 5:6) diz que ele era da mesma ordem sacerdotal de Cristo. Abraão aguardava a concretização da promessa de Deus. Sua fé era tão firme, que já se considerava cidadão dessa nação prometida pelo Senhor. Reconheceu em Melquizedeque aquele que representava o futuro rei da nova nação: o Messias. Dentro do contexto entendo que Abraão, pela fé, pagou tributo ao legítimo representante do Rei de uma nação prometida e que ainda não estava concretizada. É importante lembrar que ainda não havia a Lei Mosaica e, portanto, não havia qualquer obrigatoriedade quanto à entrega dos dízimos a Melquizedeque.

No deserto, Moisés regulamentou o dízimo juntamente com diversas leis sociais que constituíam um meio de promover a justiça social e socorrer aos necessitados. Vejamos alguns dos principais pontos dessas leis sociais:

- Os levitas não tinham terra e deviam receber, para seu sustento, os dízimos e ofertas das demais tribos (Dt 14:29);
- Os levitas entregavam o seu dízimo (dízimo do dízimo) aos sacerdotes que os utilizavam para

serviço do templo e não davam dízimo (Nm 18:21-32; Dt 12:12);

- Ao terceiro ano, os dízimos eram destinados a órfãos, viúvas e estrangeiros. Deus falou que não esquecessem os estrangeiros, pois os israelitas também haviam sido peregrinos em terra estranha (Dt 28-29);
- Ao sétimo ano, as dívidas eram perdoadas (Dt 15:1-4);
- No ano jubileu (quingentésimo), todas as propriedades voltavam aos antigos donos e os escravos israelitas eram libertos (Lv 25:13, 23-27);
- Não se poderia admitir israelitas desamparados quando incapacitados para o trabalho (Lv 25:35-38);

O princípio observado por esse corpo de leis é o da igualdade e justiça bem como o da misericórdia e solidariedade. Além disso, evitava concentração excessiva de renda e possibilitava o serviço do templo. A adoração ao Senhor deveria estar espalhando toda a vida do povo. O serviço do templo deveria ser executado com zelo e participação de todos.

Ora, o mesmo Espírito que apresentou essas leis a Moisés está hoje conosco. Não podemos transportar para a igreja cristã apenas um pedaço descontextualizado desse conjunto de leis. O espírito da lei foi observado no Concílio da Igreja em Jerusalém, quando foram liberados os cristãos de outras culturas da obrigatoriedade de certos preceitos ligados à cultura judaica. Na igreja primitiva havia um sistema de coleta de doações voluntárias, sem valores preestabelecidos, que eram feitas à medida que alguém tinha necessidade. O compromisso gravado, pelo Espírito, nos corações estava acima daquele escrito na Lei Mosaica.

A oferta que agrada a Deus é aquela que sai da alma, mesmo que sacrifique o orçamento. Aliás, dar do que faz falta é prova de amor e de fé. Deus não quer, no entanto, que nos sintamos angustiados e oprimidos pela obrigação de dar.

A Maldição em Malaquias

Malaquias chamou os israelitas de ladrões (MI 3:8) quando eles estavam faltando como o compromisso de honestidade. Traziam aos levitas apenas o sobejo de suas rendas visando com isso cumprir o ritual da lei sem participar realmente com a parte devida para a manutenção do serviço do templo. Com isso os levitas, órfãos, viúvas e estrangeiros deixavam de ter a assistência exigida na lei. Eles tentavam enganar a Deus criando aparências que